

INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE: ENTRE UMA ADMINISTRAÇÃO LAICA E RELIGIOSA (1919-1942)

Juraci Santos^{*}

Resumo: O presente texto é parte de investigação sobre o Internato do Ginásio Paranaense (1919-1942) criado como uma instituição pública para ofertar o ensino secundário para os alunos do Interior do Estado. Mas, no decorrer de sua trajetória o mesmo passou a ser administrada pela Igreja Católica, primeiramente por meio dos padres lazaristas e posteriormente pelos Irmãos Maristas do Sul. O Internato foi criado em um contexto em que a defesa pela escola pública e laica era um dos lemas do novo regime (A República). Nesse sentido, a narrativa construída neste texto tem como objetivo trazer a tona quais foram as estratégias utilizadas pela a Igreja Católica de Curitiba para garantir seu espaço juntos aos ginásios desta instituição e prosseguir no processo de romanização do Estado. Bem como procurou evidenciar as estratégias do Estado e da direção geral da instituição no sentido de garantir as decisões do Internato sob sua “tutela”.

Palavras chaves: Igreja Católica – Estado – Ensino secundário – Estratégias.

ABSTRACT: The current text is part of the investigation about the Internato do Ginásio Paranaense (1919-1942) created as public institution in Secondary School for countryside students. But, as time passed by, it has been managing by the Catholic Church, primarily the lazarists priests and then the Brethren Maristas do Sul. The full-time education school was created in a period that the defense of public and laica school was one of the slogans of the new government (The Republic). So, the narrative related here has the objective to recall the strategies used by the Catholic Church of Curitiba-Paraná to ensure its space along with the students of this institution and keep going the Romanization process of the State. As well as tried to emphasize the State's strategies and general management of the institution, to assure the full-time education school decisions on its “legal guardianship”.

Key Words: Catholic Church – State – Secondary education – strategies.

Introdução

A História dos internatos que serviram como instituição educativa no Brasil ainda está por ser realizada. Para essa investigação recorreremos alguns estudos sobre internatos que pudessem ajudar a compreender nosso objeto de estudo, o Internato do Ginásio Paranaense. Apesar de inúmeras consultas, poucos estudos foram encontrados sobre essas instituições de ensino.

No Brasil colônia utilizava-se as seguintes denominações para internato: “recolhimentos” e “seminários”. Os seminários eram instituições educativas que acolhiam os filhos dos funcionários públicos, de senhores de engenho, criadores de gado, que matriculavam seus filhos nestes estabelecimentos devido à dificuldade de transportes nessa

^{*} Mestranda da linha de pesquisa História e historiografia da Educação (UFPR).

época. “Os recolhimentos” eram tipos de internatos que recebiam os indígenas e acolhiam, sobretudo, os filhos dos caciques, os quais serviam de garantia contra os ataques dos índios. Recebiam também, alunos brancos, mamelucos, órfãos e os filhos das famílias mais importantes. Entretanto, essa realidade mudou com a reforma pombalina (1759) quando se definiu a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias (SANTOS, 2000, p. 86).

De acordo com as obras consultas sobre Internatos no Brasil, no período colonial imperou a existência de Internatos jesuíta (versão portuguesa) e lazarista de origem francesa. O primeiro internato administrado pelos padres lazaristas no Brasil foi o Colégio de Caraça em Minas Gerais no ano de 1820, essa instituição, se tornou famosa pelo rigor disciplinar e por servir de modelo para a reforma do Seminário de São Joaquim, o qual se transformou no Colégio Pedro II, referência para a educação secundária brasileira na chamada Primeira República (SANTOS, 2000, p. 89).

No período do Brasil Imperial, os internatos continuaram a ser um meio para atender os jovens estudantes do interior de nosso país, por conta do número reduzido de escolas primárias e secundárias, fora dos grandes centros da época. A procura por essas instituições era realizada por “parte expressiva de alunos que vinham de famílias da antiga oligarquia canavieira, da nova burguesia cafeeira ou ainda de famílias de tradição pecuarista” (AZZI, 1997, p. 35). O internato desse período representava para os meninos uma porta de ingresso para sociedades urbanas. Essas instituições eram, em sua maioria, católicas e procuravam ofertar uma formação cristã à futura classe dirigente do Brasil. (AZZI, 1997, p. 38).

No período da chamada Primeira República, recorri ao estudo do professor Dallabrida, o qual investigou o Ginásio Catarinense, seção do Internato e Externato da cidade de Florianópolis. O Ginásio Catarinense foi fundado em 1905 constituído inicialmente como uma instituição pública e que a classe política do Estado de Santa Catarina delegou aos padres jesuítas a sua administração, contrariando o ideal republicano que tinha como premissa a educação laica e pública (DALLABRIDA, 2000, p.48).

O Ginásio Catarinense foi cedido aos padres jesuítas por dois motivos: falta de recursos econômicos para mantê-lo e dificuldade para a obtenção de autorização de funcionamento junto ao governo federal. Os professores e alunos dessa instituição mostraram-se resistentes à presença dos padres jesuítas na administração, sendo que, as manifestações desses sujeitos ganharam espaço na imprensa da época. (DALLABRIDA, 2001, p.35).

No estado do Paraná, a criação do Internato do Ginásio Paranaense (1919) teve uma trajetória um pouco diferente do que aconteceu no estado vizinho (Santa Catarina), como se diferencia também, de modo geral, em relação aos Internatos do Brasil Colônia e Imperial.

Gestão Laica - Criação e equiparação do Internato do Ginásio Paranaense

As autoridades políticas paranaenses no final da primeira década do século XX manifestavam a necessidade da criação de um Internato público masculino, para atender aos jovens do interior do Estado que desejassem cursar o ensino secundário regular, possibilitando que esses deixassem de freqüentar os cursos preparatórios e os exames parcelados¹ (RANZI; SILVA 2006, p.155).

Para que o Internato viesse a ser uma realidade na cidade de Curitiba, o presidente do Estado do Paraná e a direção do Ginásio Paranaense encaminharam um requerimento ao Departamento Nacional de Ensino, sediado no Rio de Janeiro, solicitando a esse Departamento a criação do Internato como um anexo do Ginásio Paranaense. Nesse mesmo ano, as autoridades paranaenses receberam desse Departamento, a autorização de funcionamento do Internato do Ginásio Paranaense.

De posse dessa autorização de funcionamento, a direção do Ginásio Paranaense e o governo do Estado buscaram um espaço físico que correspondesse às exigências da época para que pudessem instalar os ginasianos. A primeira sede do Internato do Ginásio Paranaense foi o Palacete José Loureiro. Esse Palacete, que contava com dois pavimentos e um sótão, o mesmo não era adequado para abrigar uma instituição de ensino, motivo pelo qual recebeu reparos e adaptações que resultaram em instalações compatíveis para atender aos alunos internos (STRAUBE, 1998).

A criação do Internato foi noticiada pela imprensa local, destacando que a mesma foi motivo de orgulho para sociedade paranaense e ao mesmo tempo aponta a importância da criação do Internato diante da percentagem de analfabetos do Estado (Gazeta do Povo 03/03/1919).

O Internato como um anexo do Ginásio Paranaense pode ser considerado como uma estratégia das autoridades locais, uma vez que a legislação da época previa um ginásio equiparado ao Colégio Pedro II por cidade, além de uma série de exigências. Mas o que se entendia por equiparação na chamada Primeira República?

¹ Na chamada Primeira República Os cursos preparatórios e os exames parcelados foram uma herança do Império e, consistiam em preparar os alunos em uma ou mais disciplinas que compunham o que hoje chamaríamos de grade curricular do ensino secundário, para que os alunos preparatorianos pudessem prestar os exames, de forma parcelada, até a conclusão de disciplinas que possibilitasse o acesso ao ensino superior. Porém estes exames só podiam ser prestados nos ginásios públicos equiparados ao Colégio Pedro II, pois estes eram os únicos autorizados pelo governo federal a realizar os exames parcelados, exceto por ocasião da Reforma Rivadávia Correia (1911-1915), e, durante o vigor desta lei, a equiparação foi estendida para as escolas particulares, as quais passaram a desfrutar dos mesmos direitos dos ginásios públicos.

Nessa época, todo estabelecimento secundário de ensino regular era equiparado ao Colégio Pedro II. A equiparação de um estabelecimento de ensino secundário significava: ter condições físicas, humanas e econômicas para adotar o mesmo currículo e a forma organizacional do Colégio Nacional ou Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, já que ele era referência para o restante do país (ANTUNHA (1980); DALLABRIDA (2001) RANZI & SILVA 2006); SILVA (1969). O sistema de equiparação foi introduzido por Benjamin Constant em 1890 por meio do decreto 981, o qual previa que:

Quando qualquer um dos Estados da República houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral, segundo o plano do Ginásio Nacional, darão os seus exames os mesmos direitos à matrícula nos cursos superiores.

De acordo com esse decreto, os alunos de Estados que não possuíam ginásios equiparados deveriam rumar até o Rio de Janeiro ou para qualquer Estado brasileiro que tivesse ginásio equiparado para prestar exames, pois nessa época a conclusão desse nível de ensino era o que possibilitava o acesso ao ensino superior.

O governo federal na chamada Primeira República, para equiparar um estabelecimento de ensino secundário, exigia no mínimo a frequência de 60 alunos durante dois anos; lentes catedráticos² concursados efetivos e lentes substitutos; disciplinas obrigatórias conforme as normas do governo federal, podendo ampliar o seu currículo, e condições patrimoniais. (RANZI; SILVA, 2006, 156-168).

O Internato do Ginásio Paranaense em sua primeira fase 1919 a 1924 teve uma gestão laica. Nesse período, a instituição enfrentou problemas como: falta de espaço para abrigar o ginásianos e também enfrentou problemas disciplinares, sendo que algumas delas extrapolaram o intramuros da instituição e tornou-se notícia da imprensa local. Estes acontecimentos fizeram com que a direção geral³ do Ginásio Paranaense e o governo do Estado procurassem outro espaço para abrigar os alunos.

² Lentes ou lentes catedráticos eram os professores que só recebiam essa denominação após ter provado, por meio de concurso, conhecer perfeitamente a teoria e a prática da disciplina. Para prestar concurso para lente catedrático o candidato devia reunir algumas condições, tais como: ter 21 anos completos, ter capacidade físico-moral, a idade devia ser comprovada por documento autenticado ou por justificação testemunhal feita legalmente. A capacidade física consistia na isenção de moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva ou de defeito físico ou mental que incompatibilizasse com o exercício do magistério, provar-se-ia por atestado médico, com firma reconhecida por tabelião. Os lugares de professores de Desenho e Ginástica seriam preenchidos, independente de concurso. (Decreto. 542. Art. 67. 1915)

³ O ginásio Paranaense tinha uma direção geral para a seção do externato e internato e uma subdireção para o internato. As decisões sobre o Internato ficava a cargo da direção geral. Entretanto, ambas eram nomeadas pelo governo do Estado.

Internato do Ginásio Paranaense – Administração Católica (1925-1942)

O espaço encontrado foi o Ginásio Diocesano e Seminário São José, administrado pelos padres lazaristas. O prédio contava com vários compartimentos que podiam ser utilizado como sala de aula e dormitórios, com capacidade para abrigar até 400 alunos (Prospecto do Internato do Ginásio Paranaense, 1925).

O governo do Estado e a Direção geral do Ginásio Paranaense acertaram com o arcebispo Dom Braga o aluguel do prédio, mas precisaram da autorização do superior dos padres lazaristas para que estes viessem a ministrar as aulas para os alunos internos. Dom Braga intermediou a conversa entre a direção do Ginásio Paranaense (professor Lysímaco Ferreira da Costa) e o superior dos lazaristas, ainda no final do ano de 1924 obteve autorização e no início do ano de 1925 os alunos já estavam instalados na nova sede (Carta de 1924, Dom Braga ao superior dos padres lazaristas (Dom Eugênio Pasquier no Rio de Janeiro, 02 folhas).

Com a transferência do Internato do Ginásio Paranaense para esta sede, o Ginásio Diocesano deixou de existir, mas o Seminário São José permaneceu, de modo que os alunos do Internato do Ginásio Paranaense passaram a dividir espaço com os seminaristas.

Embora as fontes disponíveis não tenham apresentado evidências explícitas sobre manifestações ou rumores por parte de professores e alunos mostrando-se contrários à transferência do Internato para um espaço religioso, esse silêncio não nos impede de levantar a hipótese de que houve um movimento nesse sentido. Do total de 61 alunos matriculados no ensino regular do Internato, somente 35 alunos fizeram a transferência para nova sede, conforme o quadro 2.

Embora o quadro 2 demonstre que o número de alunos da primeira série dobrou no ano de 1925, cabe destacar que antes da chegada dos alunos do Internato do Ginásio Paranaense no Ginásio Diocesano e Seminário São José, o mesmo já matriculava alunos nos cursos preparatórios para os exames parcelados. Esse fator contribuiu para que o número de alunos da primeira série aumentasse, pois esse número correspondia ao número de alunos dessas duas instituições.

QUADRO 2 – NÚMERO DE ALUNOS DO INTERNATO NA TRANSIÇÃO DE UMA ORIENTAÇÃO LAICA PARA UMA ORIENTAÇÃO RELIGIOSA

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL
1924	26	22	08	03	03	61
1925	52	16	15	03	01	87

Fonte: Livro de matrículas do Internato do Ginásio Paranaense.

Ainda de acordo com o quadro 2 observou-se que o número de alunos diminuiu a partir da 2ª série por ocasião da transferência de sede. Embora não tenha sido possível precisar a real causa desse decréscimo por falta de dados, infere-se a possibilidade de que muitos alunos tenham feito a transferência para o ao Ginásio Paranaense seção do externato ou para o Colégio Santa Maria, o qual era administrado pelos Irmãos Maristas. Embora o Colégio Santa Maria não funcionasse em regime de Internato, ofertava o ensino secundário para o sexo masculino e sua localização era mais central⁴. Além do que, na década de 1920, o sistema de transportes na cidade de Curitiba ainda não atendia todas as regiões da cidade, não se pode descartar a possibilidade de que alguns alunos tenham se dirigido para essa instituição por conta da localização. Mesmo porque, nesta época, de acordo com os esparsos registros de origem dos alunos que estudavam no Internato, alguns deles residiam em Curitiba.

Outro fator a ser considerado é que por ocasião da transferência do Internato para um espaço católico, o professor Dario Vellozo⁵ deixou de ministrar aulas neste estabelecimento, concentrando suas aulas somente na seção do externato.

Em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, segundo Campos (2002, p.9) “o Ginásio Paranaense e a Escola Normal foram palco de disputas entre o grupo anticlerical⁶ e o laicato católico⁷.” Alguns professores dessas duas instituições citadas se posicionavam contra

⁴ O Colégio Santa Maria teve sua primeira sede na Rua XV de Novembro, às margens do Rio Belém, próximo ao Teatro Guaíra até 1983. Então se mudou para o espaço onde hoje se encontra, nas proximidades do Parque São Lourenço (Histórico do Colégio Santa Maria, 2008).

⁵ Pensador e escritor, nasceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1869 e aos 14 anos mudou-se para Curitiba. Na capital do Paraná desenvolveu intensa atividade intelectual. Foi professor de História do Ginásio Paranaense (seção do Internato e externato). Foi diretor e redator de revistas e jornais entre os quais *Ramos de Acácia*, *O Cenáculo*, *A Esphinge*, *Club Curytibano*, *O Electra* e *a República*, que no final do século XIX e início do século XX divulgavam a liberdade de pensamento e de concepção da arte. Em 1909, junto com o grupo de livres pensadores, composto por alunos e professores do Ginásio Paranaense, fundou em Curitiba o *Instituto Neo Pitagórico*. Esse Instituto, expressão social e jurídica do grupo neopitagórico, passou a sediar o Movimento Mundial do Pitagorismo. Em 1918, com a construção do *Templo das Musas*, também em Curitiba, fundamentou-se a estratégia social desse grupo no Paraná e no Brasil. O Instituto Neo Pitagórico promovia reuniões com a finalidade de iniciação de novo membro, administrativas, musicais e literárias ou até mesmo em homenagem a personalidades ou povos precedidos da leitura e comentário de trechos dos escritos de Pitágoras. Os irmãos neopitagórico divinizavam os gregos, mergulhavam na literatura e procuravam reconstruir o pensamento e o modo de viver dos antigos. Desejavam reprisar não somente as idéias, mas a arquitetura, o vestuário a até nomes pessoais. Em 1936, Dario Vellozo publicou o livro *Jesus Pitagórico*. Foi sua última produção antes de falecer, em 28 de setembro de 1937 (MURICY, Andrade, 1987. 32-37).

⁶ O movimento anticlerical que, inspirado em determinadas correntes européias tais como a positivista e a darwinista, defendia a liberdade, o culto e a laicização do ensino público. Grande parte dos componentes desse grupo era de maçons, espíritas e esotéricos, que se uniram não só pela defesa de questões religiosas e filosóficas, mas para fazer frente às estruturas sócio-culturais e políticas há muito vigentes no cerne da sociedade paranaense de então (MARACH, 2007, p.13).

⁷ O laicato católico começou a se estruturar em 1926 por meio da fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba e a criação da Revista “A Cruzada”. Esses dois episódios marcaram o processo de constituição da intelectualidade leiga em Curitiba. Porém, desde 1924, encontrou-se indícios da formação de grupos de intelectuais católicos leigos. A instituição que deu início a esse processo foi o Grêmio Literário São Luiz. Essa agremiação, criada em 1924, estava vinculada à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, sob a

o processo de romanização da Igreja Católica⁸ e defendiam uma educação laica, entre eles, Dario Vellozo, professor de História do Ginásio Paranaense (seção do internato e externato).

O grupo anticlerical e o laicato católico disputavam a formação intelectual e moral das novas gerações que frequentavam as escolas públicas, principalmente, os alunos do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. (CAMPOS, 2002, p. 9).

Além dessas disputas na formação dos ginasianos, o número de alunos do ensino secundário regular aumentou muito no Ginásio Paranaense seção do externato, este fator fez com que a direção deste estabelecimento solicitasse ao governo do Estado a nomeação de professores para seção do Internato, uma vez que os professores da seção do externato encontravam sobrecarregados. Diante do exposto, a solicitação da direção do externato foi atendida e por meio da lei 2.362, a assembléia legislativa local autorizou a nomeação dos professores sem passar pelo concurso.

Os professores nomeados em sua maioria eram padres, estes tinham as mesmas obrigações que os professores concursados quanto às aulas, porém, não dispunham dos mesmos direitos. Uma vez que o decreto 542, de 1915, previa que somente os lentes concursados poderiam participar da congregação, ou seja, do conselho do Ginásio, o qual determinava a estrutura e funcionamento da instituição em todos os seus aspectos. Nesse sentido, os professores nomeados não podiam participar das decisões do Internato, pois somente lentes catedráticos do externato estavam legalmente autorizados a fazê-lo.

Evidenciamos que a nomeação dos oito padres para ministrar aulas no Internato era muito significativa para a diocese de Curitiba como também para a Congregação Lazarista. Como os padres lazaristas faziam voto de pobreza, a maior parte do provento deles era revertida para os cofres da Congregação. Essa renda, somada ao aluguel do prédio pago pelo Estado à diocese de Curitiba, contribuía para a obra e propagação da fé católica por meio de construções de novos seminários e a formação de novos sacerdotes.

A nomeação dos padres para exercerem o cargo de professores a não abertura de concurso para professor do Internato, de certa forma pode ser considerada uma estratégia do

orientação do Padre Antônio Mazzarotto. Não obstante, essa agremiação não chegou a promover uma intensa discussão em torno de projetos educacionais, ao contrário, nos demais círculos de cultura, criados em 1926, inicia-se um processo de estudos em torno da questão formativa. Entretanto, os fundadores e integrantes da agremiação São Luiz estavam alguns dos pensadores que idealizaram e criaram as demais instituições, a partir de 1926 (CAMPOS, 2002, p.10).

⁸ Por processo de romanização entende-se a expansão da fé católica no Estado do Paraná a partir da criação da Diocese de Curitiba em 27 de abril de 1892. Para este processo, os arcebispos que se sucederam na Diocese de Curitiba contaram com o trabalho de sacerdotes, ordens e congregações religiosas, masculinas e femininas. Os quais passaram a difundir a fé católica em Curitiba e no Estado por meio de fundação do Seminário São José, de colégios e igrejas, Cf. CAMPOS, 2002; ANDRADE, 2002, BALHANA (1980).

Estado, pois este, por meio da Direção geral do Ginásio Paranaense, procurou manter as decisões do Internato sob sua “tutela”.

O Internato na gestão dos padres lazaristas na década de 1930, passa por um crise profissional e confessional. Em várias cartas escritas pelo diretor Manoel Gonzales ao superior dos lazaristas no Brasil evidenciaram a crise. Nessas cartas o padre Gonzales reclamava dos padres lazaristas que estavam no internato, informando a seu superior que muitos faltavam com suas obrigações no Internato e também com o voto de pobreza. Esse fato em um primeiro momento foi tratada entre os padres lazaristas e posteriormente com o arcebispo de Curitiba. (Carta do diretor Gonzales 03/03/1931 ao superior dos Lazaristas, Dom Eugênio Pasquier).

O arcebispo de Curitiba para resolver o problema no ano de 1939, muda a direção do Internato assumindo os Irmãos Maristas do Sul e, redireciona os padres lazaristas para administrar somente o seminário. Essa estratégia da Igreja Católica garante para instituição continuar atuando junto aos ginasianos, bem como prosseguir no processo de romanização do Estado por meio da formação de sacerdotes.

Considerações Finais

A investigação do Internato do Ginásio Paranaense possibilitou detectar nuances de algumas práticas dos sujeitos que tiveram a frente da administração dessa instituição, as quais permitiram identificar as estratégias do Estado ao que tange a manutenção do Internato sob sua “tutela”, mesmo quando este passou a ser administrado pela Igreja Católica, por meio dos padres lazaristas e posteriormente pelos Irmãos Maristas, ao mesmo tempo em que desvelou como a Igreja Católica local soube ocupar seu espaço nesta instituição a fim de reforçar juntos aos ginasianos os valores católicos, bem como prosseguir com seu projeto de romanização do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, M. G. de. **A educação exilada – Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ANTUNHA, H.C. G. **A União e o Ensino Secundário Na Primeira República**. 271 páginas. Dissertação apresentada ao concurso de Professor Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Setor de Educação USP – São Paulo, 1980.

AZZI, R. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos irmãos maristas. Vol. 3 – a expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972), São Paulo: SIMAR, 1997.

BALHANA, C.A.de F. **Idéias em confronto**. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte/Grafipar, 1981.

BOSCHILIA, R. T. **Modelando Condutas: Educação Católica em Colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)**, 238 páginas, Tese de doutoramento na área de História, UFPR, Curitiba, 2002.

CARVALHO, M.CH.de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da Costa. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMPOS, N. de. **LAICATO CATÓLICO: O PAPELS DOS INTELCTUAIS NA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO FRMATIVO D A IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ (926-1938)**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal do Paraná/UFPR, 2002.

CERTEAU, M. De. **A Invenção do Cotidiano 1. Artes de fazer**. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

DALLABRIDA, N, **A fabricação escolar das elites – O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

RANZI, S. M.F; SILVA, M. C. da. **Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Gynásio Paranaense ao congênere federal**. IN: Revista do Centro de Educação. UFSM. V.31 – nº. 3, p. 133-152. 2006.